

Posição da AEP relativa à subscrição do Compromisso para o Crescimento Verde

A AEP concorda e subscreve os princípios enunciados no documento do Compromisso para o Crescimento Verde (CCV), designadamente o de se procurar *“estabelecer as bases para um compromisso em torno de políticas, objetivos e metas que impulsionem um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar o indispensável crescimento económico, com um menor consumo de recursos naturais e com a justiça social e a qualidade de vida das populações”*.

Entende também que, face à anterior versão do documento, foram introduzidos vários aspetos que consideramos como muito positivos, como é o caso das iniciativas incluídas no setor da Indústria Transformadora e Extrativa, designadamente a IND1 (Desenvolver Eco parques industriais e Zonas Empresariais Responsáveis) e a IND6 (Implementar o regime para o Licenciamento Único de Ambiente).

Contudo, a AEP não pode concordar com aspetos introduzidos nas Iniciativas da Energia e Clima, designadamente a iniciativa EC15 (Promover a nível comunitário a adoção de taxas de carbono indexadas aos preços de licenças do CELE nos setores não CELE), por considerar como fortemente penalizadora para a competitividade do nosso tecido produtivo, sobretudo se tivermos em conta que as empresas portuguesas se defrontam já com custos da energia substancialmente mais elevados que as congéneres europeias, o que penalizaria ainda mais a sua competitividade-preço.

Por último, a AEP concorda inteiramente com a intenção do CCV de *“Dinamizar a transferência do transporte de mercadorias para a ferrovia, aumentando a percentagem de mercadorias transportadas em ferrovia e reduzindo a intensidade energética no sector”*.

Consideramos que o investimento em infraestruturas de transporte (fundamentalmente ferrovia e portos) e logística, com vista a uma melhoria da

conetividade internacional, apresenta-se como um fator crucial para o país e, em particular, para as regiões portuguesas com maior orientação exportadora. Por isso, continuamos a defender que no topo dos investimentos prioritários do país em matéria de infraestruturas, no quadro 2014-2020, deverão estar os corredores ferroviários Aveiro/Salamanca e Sines/Caia, ambos projetos de interesse nacional. Deverá também ser encarada a modernização e eletrificação da linha do Minho, conforme a posição defendida pela AEP, a Associação Industrial do Minho (AIMinho) e o Conselho Empresarial do Centro (CEC), juntamente com autarcas e comunidades portuárias das regiões Norte e Centro e diversos especialistas em transportes.

AEP – Associação Empresarial de Portugal

8 de abril de 2015

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Luís', is written below the date.